

Projetos inúteis entopem o Congresso Nacional

Cada dia aparece uma idéia bizarra para perder tempo

Rita Tavares

BRASÍLIA — A inflação está em 30%, o desemprego cresce, os salários nunca estiveram tão baixos, mas em Brasília uma legião de parlamentares gastou horas de discussão nos últimos meses para legislar sobre a definição do que vem a ser um cabeleireiro, sobre a criação do dia do pescador ou ainda sobre a escolha de um patrono para os atletas da Aeronáutica.

Tão antiga quanto a compulsão dos políticos de achar que o país está à beira do caos, a febre de projetos de lei de utilidade discutível que diariamente emperra os trabalhos do Congresso Nacional não pára de crescer. A cada novo dia de trabalho no Legislativo, 15 projetos sem qualquer importância são protocolados.

"A mediocridade legislativa nunca esteve tão em moda", critica o líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, José Genoíno (SP). "No momento em que o país atravessa a sua pior crise, temos de perder tempo examinando sugestões que não ajudam a melhorar em nada a vida da maioria dos cidadãos", acrescenta o deputado.

O desabafo de Genoíno está baseado em números definitivos. No ano passado, quando o Plano Collor conturbava o dia-a-dia do país, a Câmara dos Deputados recebeu 1.562 projetos de lei. Depois de um exame preliminar das propostas, só 387 continuaram tramitando. Todo o resto foi arquivado: a maior parte porque era besteira pura. Este ano, a crise aumentou e o besteiro também. Até agora 2.211 projetos já foram apresentados.

'Projeto feijão' — O problema é que 60% dos projetos não

servem para nada, mas ajudam os deputados a agradarem suas bases eleitorais", sustenta o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Os chamados projetos autorizativos são um bom exemplo da artimanha utilizada pelos parlamentares para mostrar serviço ao eleitorado. O engodo consiste em apre-

sentar um projeto que, como o próprio nome diz, autoriza a construção de pontes, escolas ou estradas nos municípios que derem votos ao autor.

O parlamentar divulga o gesto em sua região, colhe a publicidade de sua iniciativa e só não explica que as pontes, escolas e estradas

precisam do aval do governo para sair do papel — algo que a autorização, por si só, não garante.

"Na verdade, o deputado não está fazendo nada. Esses projetos são inúteis, mas podem enganar o eleitor desavisado", diz o deputado Adylson Motta (PDS-RS). O arsenal de bobagens legislativas não tem limites, não discrimina ideologias, regiões ou setores econômicos. Até hoje, ninguém entendeu por que o ex-deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) inventou de apresentar o *projeto feijão*. Não que ele desse incentivos ao produtor ou fizesse o grão chegar mais barato à mesa do consumidor. Simplesmente, o projeto de Zarzur proibia a importação ou a exportação do produto. "Eu nunca entendi direito o projeto", recorda o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. "Foi o negócio mais louco que eu já vi", conclui. Nem tanto.

'Pena de corte' — Em matéria de alucinação legislativa, o deputado Francisco Silva (PDC-RJ) é considerado imbatível no Congresso. No dia 6 de agosto, o presidente Fernando Collor instalava o Conselho da República no Palácio do Planalto e anunciava que o país ficaria ingovernável se a Constituição não fosse alterada. A menos de cem metros dali, o deputado Silva saía do seu gabinete para protocolar o projeto que obriga os presidiários que cometeram crimes hediondos a doarem seus órgãos quando morressem.

A língua ferina de alguns colegas apelidou a idéia de *pena de corte* — por irônica analogia com o projeto do deputado Amaral Netto que propõe a pena de morte para este tipo de criminoso. "É até pouco para quem tirou a vida de uma pessoa", justifica o deputado Silva, sem se lembrar de que seu projeto se choca frontalmente com o de Amaral Netto, pois, se os dois fossem aprovados ao mesmo tempo, a pena de morte teria de ser aplicada justamente na operação de retirada do órgão.

